

Justiça informacional no âmbito do Sairé

invisibilização, inacessibilidade e reparação a partir de sua documentação

Annebelle Pena Lima Magalhães Cruz

Doutora em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Docente na Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Macapá, Brasil.
annebelle.cruz@gmail.com

Eliane Epifane Martins

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bibliotecária da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM). Belém, Brasil.
jadyeliane@gmail.com

Lília Mara Menezes

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente de Língua Portuguesa. Natal, Brasil.
liliamaram@hotmail.com

Sérgio Rodrigues de Santana

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do curso de Graduação em Psicologia da Faculdade Sucesso (FACSU). São Bento, Brasil.
sergiokafe@hotmail.com

Resumo

Objetivo Este estudo teve como objetivo analisar o Sairé a partir dos processos de invisibilização, inacessibilidade e reparação de sua documentação, compreendida aqui como fonte de informação frequentemente negligenciada. **Metodologia:** Utilizou-se a hermenêutica crítica como método, articulando as perspectivas epistemológica e ontológica por meio dos círculos hermenêuticos circular e espiral. **Resultados:** Infere-se que o lugar da documentação do Sairé é marcado pela invisibilidade e inacessibilidade, resultantes da escassa atenção dedicada à sua organização, preservação e aos meios de acesso público. **Conclusões:** A documentação do Sairé é marcada pela pouca atenção, o que impede que o evento se articule como uma expressão valorizada na cultura brasileira. As provocações feitas neste artigo se configuram como ações de reparação frente à invisibilidade histórica/memorialística, ocupação por sujeitos sem lugar de fala, aculturação compulsória, exploração midiática/econômica, sexualização e a desvalorização subjetiva dos sujeitos.

Descritores: Sairé. Justiça Informacional. Informação. Arquivologia.

Recebido em: 27.08.2025 | **Aceito em:** 25.03.2026

1 Introdução

O Sairé (ou Çairé¹) é uma celebração que exalta a natureza por meio de expressões religiosas e profanas, integrando a história da Amazônia e, sobretudo, da memória e identidade paraense (Cruz, 2023).

Assim, é fundamental aprofundar-se nos estudos acerca desse evento, especialmente, porque há alguns pontos obscuros que nunca foram discutidos, inclusive relacionados à sua documentação, que são provas de sua existência e relevância.

As discussões acerca do construto “documento” iniciaram-se com Otlet (1934) e Briet (2016), respectivamente com o “Tratado de Documentação” e o texto “O que é a documentação?”. Estes autores compreendem o “documento” como um objeto natural, artificial, palpável ou impalpável como os digitais, assim, criados ou não pelas atividades humanas e que servem à interpretação e significado de um fenômeno.

O legado do Sairé, formado também por documentos, tem sido atravessado pelas injustiças, inclusive informacional, que não são consideradas na história do evento. Dessa forma, cabe acionar a justiça informacional, que se refere ao acesso equitativo, ético e consciente à distribuição da informação, bem como ao uso justo, transparente e responsável de todos os grupos que compõem as sociedades (Johnson, 2018; Silva *et al.*, 2022), o que abrange, inclusive, os eventos sociais e culturais como o Sairé.

Avaliar o Sairé sob a perspectiva dos estudos da Arquivologia é possível, pois estes documentos são fontes de informação, de conhecimento inscrito, de fato ou ocorrência registrados em papel ou em outro suporte e estrutura, logo, que se relacionam às memórias, patrimônios e diversidades culturais.

Diante disso, qual é o lugar da documentação do Sairé frente aos seus 300 anos de existência? Este estudo teve como objetivo analisar o Sairé a partir dos processos de invisibilização, inacessibilidade e reparação de sua documentação, compreendida aqui como fonte de informação frequentemente negligenciada.

A justificativa versa sobre a pouca atenção à documentação do Sairé a partir

¹ O Sairé é uma dança de origem indígena, existente em diversos lugares do Brasil. Em Alter do Chão, o Sairé nasce do berço da Etnia Borari e vai se hibridizando com o passar do tempo. A partir de 1996 a grafia muda para Çairé com “Ç”, com a justificativa de demarcar uma identidade única dentre todos os Sairés do Brasil. O que ainda hoje revela fontes de tensionamento acerca da referida grafia.

da invisibilização, inacessibilidade e extravio da documentação que têm ocorrido diante dos seus mais de 300 anos de existência.

2 O Sairé: o *locus* da pesquisa

O Sairé é considerado o maior evento cultural de caráter profano-religioso do oeste do Pará. Ele ocorre no distrito de Alter do Chão, localizado a cerca de 34 km do Município de Santarém, no oeste do estado. Situado à margem direita do rio Tapajós, Alter do Chão é reconhecido como o berço da etnia Borari (Moraes; Lima, 2014; Cruz, 2023).

As primeiras manifestações do Sairé podem ter ocorrido antes de 1737, o ano de fundação da Missão de Nossa Senhora da Saúde, o que indica que a festividade acontece há mais de 300 anos. Além de ser realizado em Alter do Chão, há registros do evento em outros locais, como Alenquer, Boim, Monte Alegre, Santa Vila Franca, e também relatos sobre a festividade em diversas vilas da Amazônia. Assim, o evento é uma manifestação da cultura do povo amazônico como um todo, embora mais popular e midiático no Alter do Chão, em Santarém do Pará (Moraes; Lima, 2014; Cruz, 2023).

O Sairé tem sofrido muitas reconfigurações e injustiças, que têm ocorrido frente à dinamicidade natural que compõe a cultura e as forças capitalistas. No que diz respeito à dinamicidade natural da política, o Sairé se transformou em festa, e foi ela de uma origem catequética católica.

Assim, passou a ser realizado em honra aos santos e, no contexto de Alter do Chão, especificamente em devoção a Nossa Senhora da Saúde. Esse sincretismo ocorreu de forma imposta no converter dos povos originários à Cruz de Jesus Cristo, que se tornou imperativo nas diversas missões fundadas nas margens dos rios da Amazônia. Neste jogo de poder, os sujeitos originários, em alguma medida, tiveram que sucumbir aos desejos do dominador (Moraes; Lima, 2014; Barbosa, 2022; Cruz, 2023).

Os sujeitos originários foram obrigados a deixar suas crenças e aprender sobre os dogmas católicos para camuflá-las, nascendo, assim, um dos primeiros símbolos do Sairé, tratando-se do Arco do Sairé, inspirado na Santíssima Trindade, pois o símbolo é a representação dos três elementos: Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito

Santo. Como também as cantigas originais, que eram cantadas em *nheengatu*, mas, nas traduções, passaram a expressar saudações à fé católica (Barbosa, 2022).

Assim, está na história da colonização na Amazônia por meio da Igreja Católica e da ação missionária mediante o projeto da Coroa Portuguesa de explorar os povos e as riquezas da região.

E não há interesse de revelar essa perspectiva do Sairé, pois o que mais importa é o legado cultural dessa festa de outrora (Barbosa, 2022), hoje festival, e não as violências, negligências e injustiças, inclusive, informacional.

Quanto às injustiças, o Sairé sofreu muitas pressões, desde a proibição de sua realização à sua atual exploração midiática. As festividades foram interrompidas por mais de 30 anos, pois sua última edição ocorreu entre 1942 e 1943, quando a Igreja Católica promoveu uma ruptura na execução que contribuiu para torná-lo invisível e fragilizou sua importância cultural para o Estado do Pará e para o Brasil (Canto, 2022).

No início do século XX, a Igreja Católica não via com bons olhos as festas religiosas no interior da Prelazia de Santarém e, naturalmente, além das perspectivas religiosas, essa percepção também era interseccionada pela perspectiva colonialista e patriarcal.

O autor dessa injustiça foi o Monsenhor Anselmo Pietrula, que o era administrador da Prelazia de Santarém. Ele se valeu de uma portaria publicada pelo Estado, que também buscava 'moralizar', e utilizou como argumentos para efetivar sua decisão a questão da venda de bebidas alcoólicas, e confusões, brigas e assassinatos durante o evento, e alegando que o Sairé estava se tornando mais venerado que a padroeira (Moraes; Lima, 2014; Cruz, 2023).

O retorno do evento ocorreu de forma oficial no ano de 1973 (Ferreira, 2008), durante o regime militar, através de alguns órgãos ligados à cultura, bem como outras instituições independentes do governo.

Houve um levantamento da realidade cultural da região, em que o governador Fernando Guilhon procurou incentivar o seu retorno, o que de fato ocorreu em 1973. E nessa época a festa ressurgiu com um caráter não apenas religioso, mas gradativamente incorporou o caráter profano (Cruz, 2023).

Assim, o Sairé emergiu reconfigurado e, apesar de manter algumas das tradições do passado, foram incorporadas ao evento apresentações culturais de danças como a Valsa da Ponta de Lenço e o Cruzador Tupi.

Nesse surgimento, o Sairé não estava mais ligado à festividade de Nossa Senhora da Saúde, sendo realizado em data diferente, no meio do ano, fato que ocorreu até os meses de junho e julho de 1996.

Contudo, a partir das forças políticas e econômicas ligadas ao turismo local, em 1997 o evento passou a ser comemorado no mês de setembro. E o caráter profano teve mais ênfase a partir da década de 90 (Moraes; Lima, 2014; Cruz, 2023).

Contudo, esse Sairé ganhou notoriedade por meio da mídia, ou seja, da espetacularização, especialmente de elementos como as performances dos Botos Cor-de-Rosa e Tucuxi (Cruz, 2023).

Na configuração atual do Sairé, dois botos protagonizam uma disputa performática no palco principal do evento: o Boto Cor-de-Rosa e o Boto Tucuxi. Ambos se negam mutuamente, em uma disputa simbólica marcada por exclusões e afirmações de identidade, onde ser Boto Cor-de-Rosa significa, categoricamente, não ser Boto Tucuxi, e vice-versa.

Essa rivalidade, marcada por encenações e representações estéticas intensas, assume uma dimensão performática que flerta com o carnavalesco, conferindo à festividade contornos que extrapolam o simbólico. Trata-se de um fenômeno que adquire significados midiáticos, econômicos, sociais, turísticos e de reconhecimento cultural (Moraes; Lima, 2014; Cruz, 2023).

3 Justiça informacional

Ao abordar a justiça informacional como construto, se faz necessário compreender o que é justiça social como campo base epistêmico. A justiça social está diretamente relacionada aos diferentes perfis e grupos que compõem as comunidades, e tem objetivo de implementar mecanismos de reparação (Mathiesen, 2015; Silva *et al.*, 2021).

E, ao associar a justiça social à arquivologia, arquivos, arquivistas e documentos, Melo e Rockembach (2022) afirma que estes produzem e reproduzem justiça e injustiça frente às decisões tecnológicas, técnicas e posturas que são tomadas, e:

[...] portanto, reconhecer as desigualdades sistêmicas, empregar recursos intelectuais e físicos para desafiar e mudar essas estruturas de exclusão, marginalização e dominação deve conduzir as ações na área dos arquivos. É fundamental perceber que essa estrutura

precede a produção e a manutenção de registros, exigindo, assim, um esforço de justiça social. A justiça social nesses contextos requer que arquivos e arquivistas reconheçam o que foi dito acima, ao mesmo tempo em que demonstram conexões concretas entre justiça social, arquivos e práxis arquivística. (Melo, Rockembach, 2022, p. 12)

Essas estruturas de exclusão, marginalização e dominação marcam a vida dos arquivos do Sairé, assim, a reparação, que pode ser informacional através da arquivologia, é fundamental para promover uma reconfiguração positiva das relações sociais, por meio da reivindicação de respostas, explicações e direitos, tanto para as gerações atuais quanto para as futuras.

De modo geral, a reparação através da justiça informacional pode corrigir e compensar danos históricos, revisando ou suspendendo narrativas construídas com base na exclusão, discriminação, violência física e extermínio (Allport, 1954).

Para Mathiesen (2015), a justiça social é um fenômeno multifacetado, que se divide em três dimensões paradigmáticas: a redistribuição, a participação e o reconhecimento (Silva *et al.*, 2021).

Na dimensão da **redistribuição**, trata-se da compreensão de como as instituições, a economia e a cultura distribuem bens materiais e simbólicos (Mathiesen, 2015; Silva *et al.*, 2021). A dimensão da **participação** reconhece a autonomia de todos os sujeitos, grupos e comunidades, e busca evitar que sejam tratados como meros receptores passivos de assistência.

Já a dimensão do **reconhecimento** envolve as imagens e símbolos culturais que podem reforçar ou perpetuar estruturas de dominação e opressão (Mathiesen, 2015; Silva *et al.*, 2021). É no âmbito do **reconhecimento** que a justiça informacional para com o Sairé se localiza, frente à organização, acesso equitativo, ético e consciente à documentação como elementos de imagens e símbolos culturais.

Assim, a justiça informacional busca garantir que todos os sujeitos, independentemente de sua origem, classe, etnia, gênero ou localização geográfica, tenham acesso à informação, especialmente, àquela produzida pelos próprios agentes sociais e institucionais, como os sujeitos que articulam, promovem e performam o Sairé.

Para Mathiesen (2015), a justiça informacional é um conceito multifacetado e concebe a relação dos sujeitos com a informação a partir de três dimensões: os sujeitos como buscadores de informação, como fontes de informação e como sujeitos informacionais (Silva *et al.*, 2021; Sena, 2023).

Na dimensão “sujeitos como buscadores de informação”, são compreendidos como agentes ativos, como “estado anômalo do conhecimento” aberto, na busca por informações que consideram relevantes para suas vidas (Belkin, 1980), e isso inclui os sujeitos do Sairé. A justiça informacional, nesse contexto, está diretamente relacionada ao direito de acesso à informação de forma equitativa, livre e compreensível de sua própria cultura em todos os sentidos, os agentes, a história, os artefatos/documentos, entre outros.

Isso implica garantir condições materiais e cognitivas para que os sujeitos possam obter conteúdos de qualidade, com linguagem acessível, respeitando suas particularidades culturais, linguísticas e sociais. Assim, os buscadores de informação se encaixam na denominada **justiça informacional distributiva** (Silva *et al.*, 2021; Sena, 2023).

Nessa perspectiva, os “sujeitos como fontes de informação” não apenas consomem, mas também produzem e compartilham informação, como o sujeito de lugar de fala (Ribeiro, 2017). Aqui, a justiça informacional diz respeito ao direito de ser ouvido, de contar sua própria história, de participar da produção do conhecimento e de contribuir com saberes locais e experiências vividas.

Isso é especialmente importante em contextos em que determinados grupos sociais são historicamente silenciados ou marginalizados, como comunidades tradicionais, povos originários, ribeirinhos, mulheres, sujeitos negros e sujeitos LGBTQIAPN+, que assim se encaixam na **justiça informacional participativa**.

A dimensão “sujeitos informacionais” é a mais profunda e abrangente, pois considera os sujeitos como portadores de conhecimento (Setzer, 1999). Assim, esses sujeitos se tornaram ativos valiosos no contexto da economia da informação, e na **justiça informacional de reconhecimento** (Silva *et al.*, 2021; Sena, 2023).

Desse modo, ao examinar as interseções entre os construtos arquivos, documentação e justiça social e informacional, é reforçada a urgência do arquivamento como ferramenta essencial frente à documentação que preserva as vozes, corpos, subjetividades e experiências de diversos perfis, grupos e comunidades, bem como na promoção de um acesso mais democrático ao conhecimento e à história destes.

4 Documentação

Os debates sobre o conceito de documento foram oxigenados tendo como fato a cultura digital, e englobam todos os campos que visualizam o construto informação.

Na museologia, um documento pode ser uma *museália* (*vice-versa*), assim se caracterizando um objeto de museu frente à musealização e à musealidade, que são formas ontológicas/epistemológicas de atribuir o *status* de objeto a uma representação e/ou narrativa informacional e/ou fonte de informação através de pontos como o sentido histórico e estético, a ênfase no objeto/informações intrínsecas e extrínsecas, o artístico-cultural, como, por exemplo, o antílope (Briet; 1951; Horta, 1992; Tanus; Renault; Araujo, 2012).

Na Biblioteconomia, um documento é compreendido como qualquer registro de informação fixado em um suporte e passível de recuperação, como um livro, um periódico, análise da literatura científica, ênfase no conteúdo/assunto e técnico-científico (Tanus; Renault; Araújo, 2012).

Na Arquivologia, campo de estudo no qual se insere esta pesquisa, considera-se como documento tudo aquilo que é produzido e/ou recebido por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. Assim, considerando o exercício de suas atividades, e que constitui elemento de prova ou fonte de informação diante da comprovação da origem, ênfase na autenticidade/função e jurídico-administrativa (Tanus; Renault; Araújo, 2012).

Contudo, ao destacar os documentos na Ciência da Informação, os debates são mais tensos e extensos diante da noção de “neodocumentação”. Em tese, segundo Saldanha (2013, p.73) esses debates promovem anomalias científicas. No entanto, mesmo diante da noção de “neodocumentação”, quase que forçosa pelos teóricos, elas são ancoradas em Otlet (1934) e Briet bem antes da CI. No Tratado de Documentação Otlet (1934), através de cinco condições, pois para eles documentos são:

[...] objetos naturais; os objetos artificiais, criados, pelo homem, para as suas necessidades; os objetos portadores de traços humanos, que servem à interpretação e têm significado; os objetos demonstrativos, igualmente, criados pelo homem, mas para representar e demonstrar noções [...]; e os objetos de arte [...].’ (Otlet, 1934, p. 217).

Assim, o eixo documento como artefatos “criados, pelo homem, para as suas necessidades” se aplica à arquivologia, porque é qualquer informação registrada, produzida ou recebida por uma entidade (pública ou privada), no exercício de suas atividades, com valor administrativo, legal, fiscal, histórico ou informativo.

Suzanne Briet (2016) é a intérprete mais fiel da obra de Otlet (1934), e se configura como a principal teórica de aprofundamento do pensamento epistêmico logo após a morte do autor. No texto *Qu'est-ce que la documentation?*, publicado originalmente em 1951, ela trouxe maior precisão à ideia de que todo objeto pode ser um documento, uma vez que se atribui a ele a noção de indício e pista de algo que ocorreu, assim conservado e/ou registrado, com objetivo de representar, reconstituir ou até mesmo provar algum fenômeno físico ou metafísico (Ortega; Saldanha, 2017).

Na perspectiva de Briet (2016, p. 1), o documento é “todo indício [ou índice], concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”. Assim, a noção de documento da autora é mais do que o registro ou a prova de um fato, definição que ultrapassa os limites de uma concepção tradicional.

Briet (1951) exemplificou sua concepção por meio de dois objetos de análise: uma fotografia de uma estrela-do-mar e um antílope empalhado e exposto como uma *museália*. Em ambos os casos, ela demonstra que as informações associadas ao objeto, seus metadados, contexto e significados transcendem a imagem ou a materialidade do próprio item.

Desse modo, para Briet (1951), o documento assume um lugar simbólico como objeto situado no tempo e no espaço, seja ele a própria estrela-do-mar ou sua fotografia, o antílope empalhado ou sua representação em imagem ou texto.

Até mesmo os registros rupestres feitos por sujeitos pré-históricos exemplificam essa noção de documento, que vai além do objeto em si e incorpora o contexto de sua produção e significação.

Assim, na Arquivologia, esses documentos constituem os arquivos, que não são meros repositórios neutros, mas insumos na construção da memória social, especialmente no que diz respeito às vozes historicamente marginalizadas e invisibilizadas (Cook, 1997).

5 Método

Esta pesquisa adotou a abordagem qualitativa, pois ocorreu a partir de interpretações e compreensões políticas, sociais, econômicas e tecnológicas que compõem o fenômeno Sairé no campo da Arquivologia.

Adotou a hermenêutica crítica (Figura 1), pois esse método intersecciona a perspectiva epistemológica e ontológica a partir do círculo hermenêutico tanto de modalidade circular, quanto na modalidade espiral.

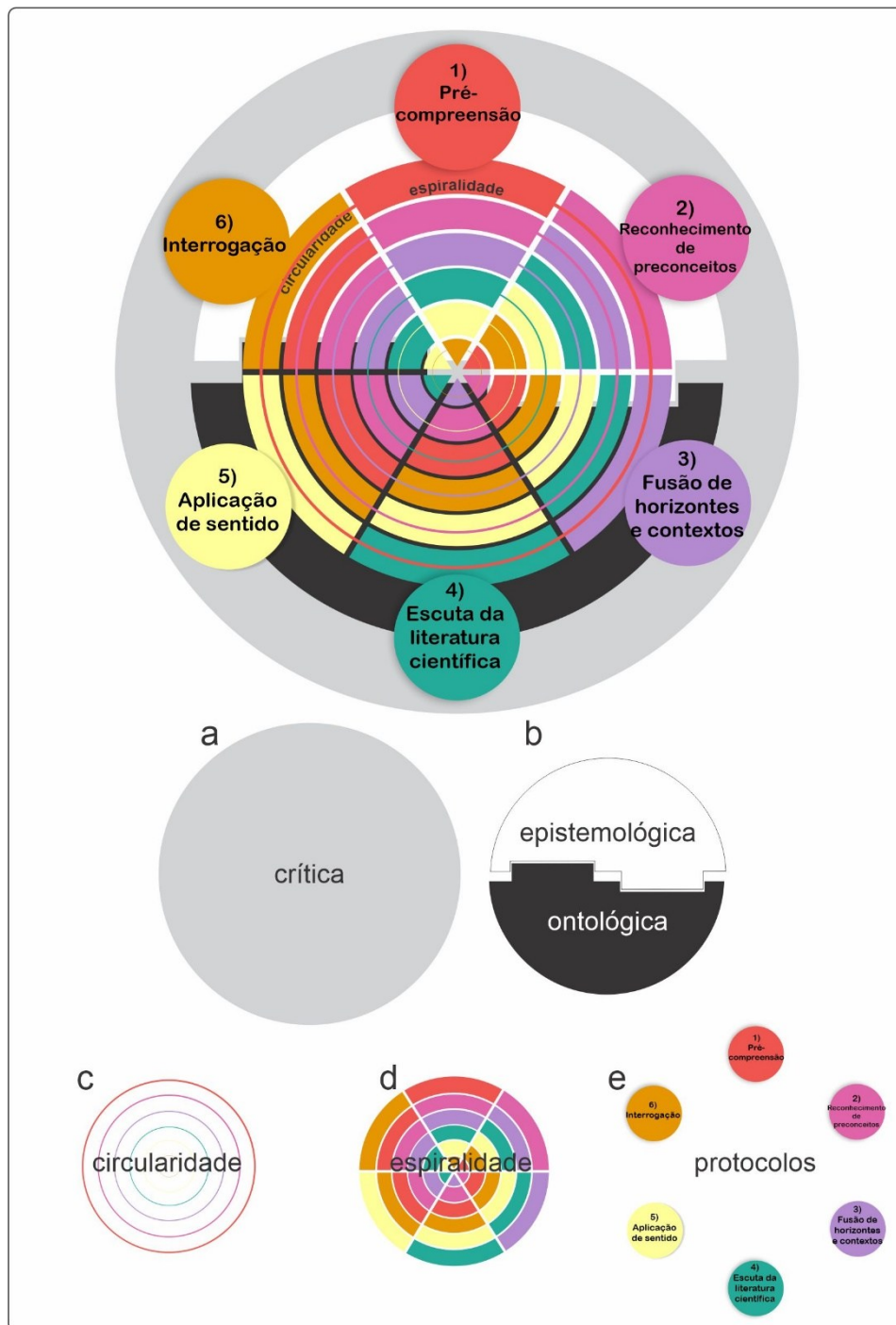
Na hermenêutica crítica (Figura1) o pesquisador transcende o que está posto, ele não aceita nada sem crítica, esse que é um mecanismo integrante epistêmico e de rigor do pensamento científico (Bachelard 1996; Minayo, 1996). Assim, a crítica promove movimentos de desconfiança frente ao que está posto, e nesta pesquisa diz acerca do que está posto sobre o Sairé em termos de falta de organização dos arquivos.

É a partir da desconfiança com uso da crítica (Figura 1, a) que se pode promover o afastamento da especulação; promove-se a consistência dos discursos e dos conceitos, promove-se objetivação, se revela o que não foi visto antes, por distração e por intenção.

Neste fluxo da crítica (Figura 1, a) ocorre o embate entre o cientista pesquisador que é o autor da pesquisa e os cientistas avaliadores, ou seja, os pares acadêmicos.

Neste sentido, o autor expõe suas reflexões e novas conclusões para receber as devidas apreciações, em um fluxo de réplica pelos avaliadores, seguido de tréplica pelo autor, e ambos munidos de bases na apresentação de razões sobre os conteúdos latentes (Trevisan; Devechi; Tauchen, 2022).

Figura 1 - Hermenêutica crítica



Fonte: Elaborado pelos autores e autoras (2025).

Quanto à intersecção entre a inclinação epistemológica (Figura 1, b) e ontológica (Figura 1, b), elas ocorreram respectivamente a partir das narrativas documentais e percepção de realidade. Assim, na hermenêutica epistemológica (Figura 1, b) se analisaram as descrições e interpretações do conjunto documental

que constituiu o *corpus*, e que nesta pesquisa incluiu notícias de *sites* e blogs, fotografias, documentos administrativos do Sairé (disponíveis on line²), artigos, livros e comunicações sobre o Sairé.

E a ontológica (Figura 1, b) focou as análises das realidades por meio de descrições e interpretações quanto às percepções das dinâmicas do Sairé obtidas *in loco* no Alter do Chão como realidade.

A aplicação dos protocolos (Figura 1, e) da hermenêutica se deu mediante as modalidades de circularidade e espiralidade, para melhor fazer as inferências do estudo. O modelo de circularidade (Figura 1, c) versa sobre o tempo e energia estagnados e o local de fertilização das ideias já estabelecidas, ou seja, do que foi revelado acerca do Sairé. O modelo espiral (Figura 1, d) diz acrescentar o empreendimento de mais tempo e energia de fertilização em cima das ideias já consolidadas, tanto falsas como verdadeiras (Almeida, 2022; Santana *et al.*, 2025).

Na primeira etapa protocolar, denominada pré-compreensão (Figura 1, e), ocorreu a tomada de consciência, autoconsciência e senciência por parte do investigador em relação à sua própria historicidade.

Nesse momento, ele se prepara diante da experiência imediata, voltando-se para a busca, organização, seleção e leitura prévia dos documental do corpus (Gadamer, 2003), em que a seleção frente ao critério de seleção, quando não se acrescenta nada mais nenhum dado e/ou informação, fonte e observações *in loco*, pois o ponto em que a coleta chegou ao limite em que novas documentos não são mais necessárias (Thiry-Cherques, 2009).

Na “consideração de preconceitos” (Figura 1, e) ocorreu o reconhecimento, onde o pesquisador assumiu um compromisso entre o objeto e o sujeito da investigação frente aos seus preconceitos e conhecimento vulgar (Gadamer, 1999; Almeida, 2022), mas contextualizando o objeto de forma crítica.

Na terceira etapa, denominada de “fusão de horizontes e contextos” (Figura 1, e), se realizaram a leitura e o cruzamento dos dados obtidos e consolidados pelos autores, desembocando em nova interpretação da literatura (Gadamer, 1999; Almeida, 2022; Santana *et al.*, 2025). O quarto passo significa ouvir o texto, é a retirada dos significados, as ideias-chave e as problemáticas, e se avaliam as práticas e detectam-se as lacunas dos dados obtidos e consolidados (Almeida, 2022; Santana

² <https://santarem.pa.gov.br/>

et al., 2025).

Na quinta etapa a “aplicação de sentido” (Figura 1, e) é o resultado das etapas anteriores, acontece a construção efetiva dos conhecimentos novos diante dos objetivos da pesquisa (Gadamer, 1999; Almeida, 2022; Santana *et al.*, 2025).

Na sexta etapa, a “interrogação” (Figura 1, e), que se refere a um movimento constante dentro do círculo hermenêutico, versa sobre as reflexões e os questionamentos sobre a validade da própria construção (Gadamer, 1999; Almeida, 2022; Santana *et al.*, 2025).

6 Análises e discussões

Esta pesquisa é um desdobramento da pesquisa que atualmente está em andamento, e os resultados e as análises epistemológicas e ontológicas hermenêuticas focaram a Arquivologia.

A pesquisa identificou que a injustiça informacional e social em torno do fenômeno Sairé manifesta-se por meio de oito problemáticas, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Áreas de contornos das problemáticas que demarcam o Sairé



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os **ruídos de informação** (Quadro 1, vermelho), a primeira dimensão a ser considerada, pois em tese é a partir do acesso e uso da informação que há abertura e/ou reconfiguração do pensamento. Quanto à dimensão **invisibilidade histórica e**

memorialista (Quadro 1, rosa) ocorre tanto pela escassez de conhecimentos, dados e informações factuais sobre o Sairé.

No que diz sobre à **ocupação do evento por sujeitos sem lugar de fala** (Quadro 1, laranja), refere-se à percepção da ocupação crescente das pessoas externas à comunidade. A **aculturação compulsória do evento** (Quadro 1, roxo) é processo no qual os sujeitos incorporam elementos de uma cultura diferente da sua própria. Em relação à **exploração midiática** (Quadro 1, verde) ocorre especialmente pela cultura informacional tecnológica no contexto da Plataformização.

A **exploração econômica** (Quadro 1, amarelo) refere-se à transformação o Sairé se em um produto do entretenimento, do desejo e do consumo. Quanto à **sexualização compulsória** (Quadro 1, cinza) dos corpos, trata-se de uma dimensão que se manifesta frente à cultura *pop*, na qual a sexualização e o erotismo são valores imperativos desse domínio. Por fim, destaca-se a **redução subjetiva** (Quadro 1, branco gelo) dos sujeitos de lugares de fala, que trata daqueles que vivem e constroem o Sairé, como os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

Todas essas dimensões do Quadro 1 estão relacionadas aos ruídos de informação, e a Arquivologia e a Museologia como áreas podem debruçar sobre estas problemáticas com o foco na documentação para compreendê-las.

Assim, a noção de documento neste artigo não se refere apenas aos artefatos que têm o potencial de tornarem *museálias*, ou seja, dos artefatos e estruturas materiais, palpáveis e concretos, o que, no caso do Sairé, é o conjunto composto de adereços, indumentárias, roupas, artefatos e espaços, etc. Abrange também a cultura imaterial, que se refere ao olhar simbólico, espiritual ou abstrato, rituais de preparação, aos saberes, aos modos de fazer e ao “pré e pós” da realização do evento, etc.

O documento dimensionado epistemologicamente nesta pesquisa se refere a um conjunto composto por panfletos, diários, livros, projetos, relatórios, ofícios, *posts*/matérias, portarias, fotografias e listas dos participantes das performances do evento, entre outros.

Assim, a noção de documento nesta pesquisa converge à lógica de Otlet (1934), em que os documentos do Sairé são como artefatos criados por seus agentes sociais e institucionais para registrar, produzir ou recebidos no exercício de suas atividades, com valor administrativo, legal, fiscal, histórico ou informativo.

Como também, diante da noção de Briet (2016, p. 1), que se pode compreender os documentos do Sairé como indícios de prova da existência desse fenômeno, que narram sua história de mais 300 anos.

A problemática da documentação do Sairé foi identificada quando ocorreram as primeiras percepções através da investigação *in loco* pelos pesquisadores, ou seja, em Alter do Chão, em fevereiro de 2021, com o propósito de buscar fontes de informação que contribuíssem para o desenvolvimento desta pesquisa: “Entre pedagogias culturais, representações, identidades e diferenças no/do Sairé/Çairé de Áter do Chão (PA)”.

As inferências revelam que a documentação está dispersa entre os moradores e moradoras de Alter do Chão que são os agentes diretos, e alguns órgãos e instâncias como a prefeitura Santarém, Secretaria Municipal de Cultura (Semc) e Secretaria Municipal de Turismo (Semtur), que são os agentes indiretos. O que ocorre também com os artefatos de potencial de *museália*, pois se constatou que não existe nenhum museu e/ou arquivo, ou pelo menos um espaço de guarda, ainda que rudimentar.

Assim, a população local é curadora de uma boa parte dos documentos, e os cuidados desses artefatos ocorrem à sua maneira e tempo, no âmbito de seus próprios lares e cotidianos. Nessa dimensão, o acesso a esse material sob a guarda da população local fica difícil, pois é trabalhoso para reunir esses documentos frente às problemáticas diversas, como desconfiâncias, e tempo para serem localizados pelos próprios moradores do Alter do Chão.

A curadoria pelos moradores pode ser positiva, pois cada sujeito sabe o valor dos documentos. Contudo, pode ser problemática ao longo do tempo, pois estão desprotegidos, ao se considerar os ricos humanos e naturais através de situações como: furto, roubo e vandalismo, fogo, água, pragas, poluentes, luz e radiação ultravioleta (uv) e infravermelha (iv), temperatura incorreta, dissociação e extravio.

Apesar da existência dessa documentação, infere-se que a memória/história do Sairé é perpetuada e acessada de forma oral, em que se mesclam as subjetividades como um elemento-chave, interseccionando o local que o sujeito ocupa no grupo ou comunidade e o significado de sua experiência registrado nele e nesse local, seja ele pessoal, familiar, social ou profissional, como dos aspectos circunstanciais (Alberti, 2008; Brisola; Marcondes, 2011).

Infere-se que boa parte dos documentos referentes ao retorno do evento nos anos 90 está majoritariamente sob a guarda da Prefeitura de Santarém, principal promotora do evento, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (Semc) e da Secretaria Municipal de Turismo (Semtur), sendo curadores dessa documentação.

Isso se deve, em grande parte, ao fato de que o Sairé, a partir dos anos 90, passou a ser um evento de destaque midiático e turístico na região, o que o torna objeto de interesse econômico e institucional desses agentes. Inclusive, há possibilidade de acesso a alguns documentos que regulamentam e normatizam o evento, que podem estar disponíveis no *site* da prefeitura, como, por exemplo, as diretrizes relacionadas à participação de crianças e adolescentes no Sairé.

Como destaca Cruz (2023), os apelos ao consumo, ao turismo e às projeções midiáticas se tornaram aspectos centrais do Sairé, com participação ativa tanto da mídia local quanto do poder público, distanciando-se de seus aspectos originários ligados à etnia Borari.

Nesse contexto, sobre a curadoria dessa documentação por agentes indiretos, é necessário refletir acerca dos **princípios da proveniência** (ou respeito aos fundos), especialmente se houver o interesse da comunidade em constituir um arquivo próprio, seja ele em um espaço físico, como em museus locais, ou em ambientes digitais.

Esse princípio arquivístico estabelece que todos os documentos produzidos por um mesmo ente (seja pessoa física ou jurídica) devem ser mantidos reunidos, preservando sua origem, estrutura e contexto de produção. Isso evita a fragmentação e a mistura de documentos de naturezas distintas, além de assegurar a integridade e a lógica funcional dos acervos.

Esses fatores evidenciam que o Sairé é um fenômeno cultural complexo, cuja documentação está diretamente relacionada a diversos atores institucionais. Quando essa documentação é produzida pela Prefeitura de Santarém, sua gestão deve seguir os princípios arquivísticos formais, considerando também as especificidades socioculturais que envolvem o evento e sua comunidade.

Contudo, se ocorrer uma retomada de necessidade de criar um espaço para a salvaguarda de artefatos com potencial museológico, incluindo a documentação relativa ao Sairé, as negociações com a Arquivologia devem ser analisadas. A proposta de um espaço de salvaguarda fora pensada em dado momento, segundo os relatos da comunidade Sairé, mas nunca foi efetivada por falta de interesse político e

de investimentos, sobretudo, por parte de agentes indiretos.

Contudo, essas negociações com a Arquivologia podem ocorrer a partir da fundamentação por três pontos envolvendo a prefeitura e comunidade, a partir de um diagnóstico mais profundo da situação e questões legais.

O primeiro ponto: a) o direito à memória, verdade e informação, que podem ser embasados por diversos tratados internacionais e legislações nacionais, como no Brasil pela Constituição Federal e pela Lei de Acesso à Informação; b) a propriedade cultural e identidade coletiva, com base em tratados como a Convenção da UNESCO sobre patrimônio cultural imaterial; e c) justiça informacional social e reparação histórica, especialmente quando as comunidades afetadas são as tradicionais, indígenas, quilombolas ou afrodescendentes.

7 Considerações

O lugar da documentação do Sairé é marcado pela invisibilidade e inacessibilidade, resultado da pouca atenção à sua organização, preservação e aos pontos de acesso, embora seja possível acessar alguns documentos no *site* da Prefeitura do Município de Santarém.

A invisibilidade e inacessibilidade impedem que o Sairé se articule como uma expressão valorizada na cultura brasileira, especialmente, no que diz respeito ao registro e à salvaguarda da memória e da identidade, à resistência cultural e religiosa, e à sua projeção contemporânea como reivindicação de patrimônio.

A invisibilidade e a inacessibilidade da documentação do Sairé podem ser decorrentes da ausência de políticas e práticas sistemáticas voltadas à organização e salvaguarda dos registros que compõem essa manifestação cultural.

A documentação, que deveria funcionar como ponte entre o passado e o presente, permanece parcialmente dispersa ou restrita, especialmente no contexto do evento, o que limita sua capacidade de dialogar com a sociedade em geral e com os pesquisadores interessados, como tem ocorrido na pesquisa em curso.

Por fim, a falta de organização, acesso e uso da documentação impede que o Sairé seja plenamente reivindicado como patrimônio cultural brasileiro, em suas dimensões simbólica, histórica e social, em especial frente ao fortalecimento das identidades coletivas.

As provocações (proposições) feitas neste artigo se configuram como ações de reparação, na medida em que a justiça informacional tem o potencial de corrigir danos relacionados à memória/história, exclusão, discriminação, violência física e até extermínio no contexto do Sairé.

Em tese, isso ocorre porque essas ações podem alcançar os agentes sociais e institucionais que ‘exploram’ o Sairé, chamando a atenção para sua responsabilidade social frente às problemáticas como a ‘invisibilidade histórica e memorialística das comunidades’, a ocupação do evento por sujeitos sem lugar’ de fala, a aculturação compulsória, a exploração midiática e econômica, a sexualização dos corpos e a desvalorização subjetiva dos sujeitos pertencentes aos territórios tradicionais.

Isso porque esses fatores têm base nas intenções dos agentes sociais e institucionais que se beneficiam dessa exploração e emergem de uma lógica que transforma o Sairé em um fenômeno midiático e comercial.

Referências

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ALMEIDA, P. A Hermenêutica na Ciência da Informação: da revisão de literatura ao esboço de uma metodologia. **Ibersid**: revista de sistemas de información y documentación, Zaragoza, v. 16, n. issn 2174-081x; p. 83-92, 2022. Disponível: <https://cip.brapci.inf.br//download/197793>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ALPORT, G. **The nature of prejudice**. Cambridge, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing, 1954.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBOSA, F. **O que é Sairé?!** Diário do FB, Belém, 2022. Disponível: <https://diariodofb.com/2018/09/20/o-que-e-caire/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

BELKIN, N.J. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. **Canadian Journal of Information Science**, vol. 5: 133-143, 1980.

BRIET, S. **O que é a documentação?** Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit - Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. Disponível em: <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2026.

BRISOLA, E. M. A.; MARCONDES, NILSEN, A. V. A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. **Revista Ciências Humanas** – Unitau, Taubaté, v. 4, n. 1, jan/jul. 2011. Disponível em:

<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/9/8>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CANTO, S. A. Igreja Católica chegou a proibir o Sairé por quase meio século. **O Liberal**, Belém, 19 de setembro de 2022. Disponível em:

<https://www.oliberal.com/santarem/igreja-catolica-chegou-a-proibir-o-saire-por-quase-meio-seculo-1.589257>. Acesso em: 20 fev. 2025.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, n. 43, p. 17–63, 1997.

CRUZ, A. P. L. M. **Entre pedagogias culturais, representações, identidades e diferenças no/do Sairé/Çairé de Alter do Chão (PA)**, 2023. Teses (Doutorado em Educação) - Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós-Graduação Em Educação, Canoas, 2023.

FERREIRA, E. **O berço do Çairé**. Santarém: Edição do Autor/Valer, 2008.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GADAMER, H. G. **Verdade e método**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

HORTA, M. L. P. **Museum Semiotics: a new approach to Museum Communication**. 1992, 444f. Tese (Doutorado em Museum Studies) – Universidade de Leicester, Leicester, 1992.

JOHNSON, J. A. Introduction. *In*: JOHNSON, J. A. **Toward Information Justice: technology, politics, and policy for data in Higher Education Administration**. Orem, TUT: Springer, 2018. p. 1-21.

MATHIESEN, K. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, [S.l.], v. 64, n. 2, 2015.

MELO, J. F.; ROCKEMBACH, M. A justiça social nos arquivos da web: considerações para (re)pensar a avaliação documental. **Inclusão Social**, Brasília, v.16, n.1, jul./dez. 2022 Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cip.brapci.inf.br//download/306555>. Acesso em: 23 jul. 2025.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 197-247.

MORAES, N. L. S.; LIMA, D.M.X. Manifestações religiosas e profanas no Sairé (1973-1996). *In*: Jornada Acadêmica UFOPA, 3, 2014, Santarém. **Anais [...]** Santarém: UFOPA, 2014. Disponível em:

<https://www.ufopa.edu.br/anaisdajornada/3/resumo/72/manifestacoes-religiosas-e-profanas-no-saire-1973-1996>. Acesso em: 05 mar. 2025.

ORTEGA, C. D.; SALDANHA, G. S. A noção de documento desde Paul Otlet e as propostas neodocumentalistas. *In: Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação*, 18, 2017. **Anais [...]** Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/104362>. Acesso em: 2 abr. 2026.

OTLET, P. **Tratado de documentação**: o livro dos livros. Bruxelas: Mundaneum, 1934.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SALDANHA, G. S. O documento e a via simbólica: sob a tensão da neodocumentação. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-88, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/41023>. Acesso em: 2 abr. 2026.

SANTANA, S. R. *et al.* Justiça social no campo da Museologia social e Museologia LGBTQIA+: reflexões sobre os novos quadros das teorias do conhecimento do campo. **Revista Memória LGBT**, [S.l.], n. 10, v. 1, 2025. Disponível em: <https://revista.memoriaslgbt.com/index.php/ojs/article/view/94>. Acesso em: 5 fev. 2025.

SENA, P. M. B. Justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil: reflexões e ações necessárias em ciência da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 28, n., 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/eb/a/jhmxztjVHg4nZY3YvpcHLhM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SETZER, V. W. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, dez. 1999. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez99/Art_01.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D.; FEVRIER, P.; ROMEIRO, N. Justiça para quem? Justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas., 2021. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 21, 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrJ.A0anPtI7p0E5DDz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjE EcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1711017114/RO=10/RU=https%3a%2f%2fwww.researchgate.net%2fpublication%2f358128586_Justica_para_quem_justica_social_informacional_racial_e_de_genero_em_bibliotecas/RK=2/RS=C5MkqiUNob uUJecgl6IEhQ0xin0-. Acesso em: 5 fev. 2024.

SILVA, F. C. G. *et al.* Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 22., 2022. **Anais [...]** Porto Alegre: ANCIB, 2022. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987>. Acesso em: 22 jul. 2025.

TANUS, G. F. S. C.; RENAULT, L. V.; ARAUJO, C. A. A. O conceito de documento na arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo. v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220>. Acesso em: 23 jul. 2025.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. PMKT. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing**, São Paulo, 2009. Disponível em: https://revistapmkt.com.br/wp-content/uploads/2009/09/SATURACAO_EM_PESQUISA_QUALITATIVA_ESTIMATIVA_EMPIRICA_DE_DIMENSIONAMENTO.pdf. Acesso em: 13 jan. 2024.

TREVISAN, A. L.; DEVECHI, C. P.V.; TAUCHEN, G. A hermenêutica reconstrutiva Habermasiana na pesquisa em Educação. **Gestão & Aprendizagem**, João Pessoa, v.11, n. Especial, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/mpgoa/article/download/65158/36622/190494>. Acesso em: 8 fev. 2025.

Informational justice in the Sairé party

invisibilization, inaccessibility and repair based on its documentation

Abstract

Objective: This study aimed to analyze Sairé party through the processes of invisibility, inaccessibility, and reparation of its documentation, understood here as an often-neglected source of information. **Methodology:** Critical hermeneutics was used as a method, articulating epistemological and ontological perspectives through circular and spiral hermeneutic circles. **Results:** It can be inferred that the Sairé party documentation is marked by invisibility and inaccessibility, resulting from the scant attention devoted to its organization, preservation, and means of public access. **Conclusions:** Sairé party documentation receives little attention, which prevents the event from being articulated as a valued expression of Brazilian culture. The challenges (propositions) presented in this article are configured as actions of reparation in the face of historical/memorial invisibility, occupation by subjects without a voice, compulsory acculturation, media/economic exploitation, sexualization, and the subjective devaluation of subjects.

Descriptors: Sairé Party. Informational Justice. Information. Archival Science.

Justicia informativa en el ámbito del Sairé

invisibilidad, inaccesibilidad y reparación a partir de su documentación

Resumen

Objetivo: Este estudio tuvo como objetivo analizar Sairé a través de los procesos de invisibilidad, inaccesibilidad y reparación de su documentación, entendida aquí como una fuente de información a menudo descuidada. **Metodología:** Se utilizó la hermenéutica crítica como método, articulando perspectivas epistemológicas y ontológicas mediante círculos hermenéuticos circulares y espirales. **Resultados:** Se puede inferir que la documentación de Sairé se caracteriza por la invisibilidad y la inaccesibilidad, como resultado de la escasa atención dedicada a su organización, preservación y medios de acceso público. **Conclusiones:** La documentación de Sairé recibe poca atención, lo que impide que el evento se articule como una expresión valiosa de la cultura brasileña. Los desafíos (proposiciones) presentados en este artículo se configuran como acciones de reparación ante la invisibilidad histórica/memorial, la ocupación por sujetos sin voz, la aculturación forzada, la explotación mediática/económica, la sexualización y la devaluación subjetiva de los sujetos.

Descriptores: Sairé. Justicia Informacional. Información. Archivística.